

## Análise da Aplicação das Tutelas Provisórias à Luz da Constituição

### Autor(res)

Gil César De Carvalho Lemos Morato  
Sabrina Francille Neves Dias Dayrell  
Felipe De Almeida Campos  
Mariane Braga Alves  
Pollyanna Thays Zanetti

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A aplicação das tutelas provisórias no ordenamento jurídico brasileiro é um tema de relevante interesse para a prática processual e para a interpretação constitucional. Tais tutelas, que podem ser cautelares ou antecipatórias, têm como função garantir a efetividade do processo e proteger direitos que, se postergados, podem resultar em danos irreparáveis. O estudo da aplicação das tutelas provisórias à luz da Constituição Brasileira permite compreender o equilíbrio entre a busca pela agilidade processual e a observância dos direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna. Nesse contexto, a Constituição fornece as bases que orientam o uso das tutelas provisórias, sendo essencial garantir que sua aplicação não contrarie os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da legalidade. Este trabalho analisa, assim, a integração das tutelas provisórias ao sistema jurídico brasileiro, destacando os limites e a necessidade de adequação às normas constitucionais.

### Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar como as tutelas provisórias são aplicadas à luz da Constituição Brasileira, destacando suas implicações para o processo civil e os direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna.

### Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, com foco na legislação brasileira, doutrina e jurisprudência sobre tutelas provisórias e direitos constitucionais. Foram consultados livros especializados em processo civil, artigos acadêmicos e decisões do Supremo Tribunal Federal que abordam a aplicação das tutelas provisórias em consonância com os princípios constitucionais. A análise busca identificar as possíveis tensões entre a urgência das medidas e os direitos constitucionais dos indivíduos.

### Resultados e Discussão

Os resultados obtidos apontam que, embora a Constituição preveja a proteção de direitos fundamentais, a aplicação das tutelas provisórias deve respeitar os limites impostos por ela, garantindo o equilíbrio entre a efetividade do processo e a proteção dos direitos das partes envolvidas. A pesquisa indicou que o uso

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



indiscriminado das tutelas provisórias pode gerar conflitos com a garantia de contraditório e ampla defesa, especialmente quando a decisão é tomada sem o devido processo legal. No entanto, observou-se que a jurisprudência tem procurado adaptar essas medidas às situações urgentes, de modo a assegurar a justiça sem desprezitar os preceitos constitucionais.

## Conclusão

A aplicação das tutelas provisórias, quando alinhada aos princípios constitucionais, é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade dos direitos. Contudo, é necessário que sua utilização seja criteriosa, observando os limites impostos pela Constituição para preservar os direitos fundamentais, especialmente no que se refere ao contraditório e à ampla defesa.

## Referências

CÂMARA, Alexandre. Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Direitos Fundamentais e Tutelas Provisórias. São Paulo: Editora Manole, 2018.

STF. RE 1.118.013 - Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2020.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 34ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2022.